

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 14.136 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 776 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No exercício foram pagos Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 640 milhões, conforme Ata de Reunião da Diretoria de 30.5.2018. Em 26 de dezembro de 2018 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 48 milhões, a ser pago até 30 de dezembro de 2019.

O lucro líquido apurado no exercício foi no montante de R\$ 1.215 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 10.802 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	18.791.875	18.585.009	14.990.292	15.518.119
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	157	118	13.899.734	13.758.975
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	3.652.537	3.622.948	13.899.734	13.758.975
Aplicações no Mercado Aberto	340.381	213.718	80.194	80.371
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.312.156	3.409.230	80.194	80.371
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	103.252	101.385	1.010.364	1.678.773
Carteira Própria	14.697	12.630	9.305	16.284
Vinculadas à Prestação de Garantias	88.555	88.755	40.800	595.000
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	54	17.124	34.394	49.784
Créditos Vinculados (Nota 7)	-	17.070	925.865	1.017.705
Correspondentes	54	54	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	13.537.691	13.202.074	19.929.336	18.272.405
Operações de Crédito - Setor Privado	13.999.516	13.753.474	18.733.887	17.140.438
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(461.825)	(551.400)	18.733.887	17.140.438
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(742)	(1.403)	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	13.691	11.479	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(13.475)	(11.272)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(964)	(1.610)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	1.396.233	1.486.778	1.195.449	1.131.967
Rendas a Receber	5	5	494.181	482.655
Diversos (Nota 9)	1.396.228	1.486.773	701.268	649.312
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	102.699	155.985	-	-
Outros Valores e Bens	148.300	158.060	-	-
Provisões para Desvalorizações	(76.748)	(79.779)	-	-
Despesas Antecipadas	31.147	77.704	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24.713.095	23.283.755	19.929.336	18.272.405
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	2.369.955	2.608.409	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.369.955	2.608.409	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218	-	-
Carteira Própria	218	218	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	17.528.734	15.899.398	-	-
Operações de Crédito - Setor Privado	17.823.496	16.226.508	-	-
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(294.762)	(327.110)	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(679)	(1.375)	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.278	10.351	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(15.075)	(10.129)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(882)	(1.597)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	4.778.830	4.688.180	-	-
Diversos (Nota 9)	4.778.830	4.688.180	-	-
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	36.037	88.925	-	-
Despesas Antecipadas	36.037	88.925	-	-
PERMANENTE	2.472.272	2.484.112	10.802.499	10.276.955
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.268.485	2.255.115	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:				
- No País	2.263.970	2.251.520	-	-
- No Exterior	540	434	-	-
Outros Investimentos	8.840	12.816	-	-
Provisões para Perdas	(4.865)	(9.655)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	11.312	13.959	-	-
Outras Imobilizações de Uso	27.300	26.210	-	-
Depreciações Acumuladas	(15.988)	(12.251)	-	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8k)	151.597	172.460	-	-
Bens Arrendados	155.552	176.059	-	-
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(3.955)	(3.599)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 13)	40.878	42.578	-	-
Ativos Intangíveis	114.056	112.962	-	-
Amortizações Acumuladas	(73.178)	(70.384)	-	-
TOTAL	45.977.242	44.352.876	45.977.242	44.352.876

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 2017	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.671.450	7.316.397	7.850.575
Operações de Crédito (Nota 8j)	3.397.817	6.721.282	6.832.690
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8i)	43.306	104.163	159.324
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	230.327	490.952	858.561
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.948.614)	(3.933.809)	(4.469.963)
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	(1.671.030)	(3.368.779)	(3.819.475)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8i)	(35.713)	(88.520)	(139.175)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8g)	(241.871)	(476.510)	(511.313)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.722.836	3.382.588	3.380.612
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(879.437)	(1.684.812)	(1.955.084)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	150.046	301.713	238.946
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(156.164)	(296.159)	(280.866)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(290.379)	(562.866)	(592.871)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(103.921)	(202.250)	(199.600)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	12.295	26.369	(3.378)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	206.105	369.410	445.600
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(697.419)	(1.321.029)	(1.562.815)
RESULTADO OPERACIONAL	843.399	1.697.776	1.425.528
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(30.465)	(55.994)	(46.480)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	812.934	1.641.782	1.379.048
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(334.930)	(426.522)	(261.059)
Provisão para Imposto de Renda	105.376	(27.300)	5.040
Provisão para Contribuição Social	106.827	(70.573)	1.608
Ativo Fiscal Diferido	(547.133)	(328.649)	(267.707)
LUCRO LÍQUIDO	478.004	1.215.260	1.117.989
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	19,33	49,14	45,21

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2018	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 2017	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	812.934	1.641.782	1.379.048
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	241.871	476.510	511.313
Depreciações e Amortizações	26.623	53.037	60.625
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	77.398	192.545	97.155
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	20.557	42.008	46.311
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(12.295)	(26.369)	3.378
Insuficiência de Depreciação	8.280	35.467	82.858
Provisão para Perdas com Prestamistas	132.055	228.730	258.289
Outros	(169)	(169)	261
Variação Cambial de Ativos no Exterior	-	(54)	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.307.276	2.643.537	2.439.238
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	459.701	1.531.724	3.511.562
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	1.501	(1.868)	(10.388)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.734	(176)	(18.254)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-	17.070	(260)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(1.550.579)	(2.374.466)	(1.708.406)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(231.558)	(333.753)	90.243
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(27.238)	(48.791)	(33.280)
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.321.755	1.734.208	(1.804.601)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	47.718	(376.031)	(203.118)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	6.058	(30.282)	(40.073)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(166.228)	(297.093)	(239.220)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.199.140	2.464.079	1.983.443
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Imobilizado de Uso	33	38	46
Aquisição de Imobilizado de Uso	(636)	(1.227)	(1.288)
Aquisição de Intangível	(8.476)	(13.615)	(16.309)
Alienação de Intangível	468	468	-
Aquisição de Investimento por Incorporação	(2)	(2)	(3)
Aumento de Capital em Investida em Espécie	-	-	(2.000.000)
Baixa de Investimentos por Incorporações	12.152	12.152	89.597
Dividendos Recebidos	-	3	67
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	3.539	(2.183)	(1.927.890)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(1.139.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(1.139.000)	-
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.202.679	1.322.896	55.553
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	341.742	221.525	165.972
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.544.421	1.544.421	221.525
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.202.679	1.322.896	55.553

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Financiamentos evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco Financiamentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2018	7.010.000	780.540	2.585.455	(4.625)	-	10.371.370
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.125	-	1.125
Lucro Líquido	-	-	-			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

Títulos	2018			2017		
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	-	90.690	90.690	90.699	(9)
Letras financeiras do tesouro	-	-	90.690	90.690	90.699	(9)
Títulos privado	12.562	-	218	12.780	-	12.068
Cotas de fundos de investimentos renda fixa	12.562	-	-	12.562	12.562	-
Outros	-	-	218	218	218	-
Total em 2018	12.562	-	90.908	103.470	103.479	(9)
Total em 2017	11.850	1.560	88.193	-	-	(15)

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2018			2017		
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (1)	12.562	-	90.690	103.252	103.261	(9)
Letras financeiras do tesouro	-	-	90.690	90.690	90.699	(9)
Cotas de fundos de investimentos renda fixa	12.562	-	-	12.562	12.562	-
Títulos disponível para venda	-	-	218	218	218	-
Outros	-	-	218	218	218	-
Total em 2018	12.562	-	90.908	103.470	103.479	(9)
Total em 2017	11.850	1.560	88.193	-	-	(15)

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Títulos	Até 30 dias		31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017			2018	2017
Carteira própria	12.562	-	2.353	14.915	12.848	-
Título de renda fixa	12.562	-	2.353	14.915	12.848	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	2.135	2.135	780	-
Cotas de fundos de investimento renda fixa	12.562	-	-	12.562	11.850	-
Outros	-	-	218	218	218	-
Títulos vinculados	-	-	88.555	88.555	88.755	-
A prestação de garantias	-	-	88.555	88.555	88.755	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	88.555	88.555	88.755	-
Total em 2018	12.562	-	90.908	103.470	-	-
Total em 2017	11.850	1.560	88.193	101.603	-	-

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	383.821	393.995	355.614	1.038.520	1.832.145	7.921.719	11.925.814	39,7
Financiamentos	933.442	879.722	821.135	2.324.601	3.939.589	9.134.211	18.032.700	60,1
Subtotal	1.317.263	1.273.717	1.176.749	3.363.121	5.771.734	17.055.930	29.958.514	99,8
Operações de arrendamento mercantil	3.685	3.152	2.966	8.462	15.424	39.073	72.762	0,2
Total das operações de crédito	1.320.948	1.276.869	1.179.715	3.371.583	5.787.158	17.095.003	30.031.276	100,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	1.205	1.205	-
Total em 2018	1.320.948	1.276.869	1.179.715	3.371.583	5.787.158	17.096.208	30.032.481	100,0
Total em 2017	1.291.443	1.240.770	1.148.417	3.279.834	5.577.026	15.494.193	28.031.683	100,0

(1) Registrados em contas de compensação.

Operações de crédito	Curso anormal					Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	17.965	13.929	10.365	21.633	15.868	79.760	26,3
Financiamentos	67.940	51.486	28.635	45.482	29.621	223.164	73,6
Subtotal	85.905	65.415	39.000	67.115	45.489	302.924	99,9
Operações de arrendamento mercantil	-	65	53	136	-	379	0,1
Total em 2018	85.965	65.480	39.053	67.251	45.554	303.303	100,0
Total em 2017	96.960	74.843	44.112	75.900	57.471	-	349.286

Operações de crédito	Curso anormal						Total		Total geral	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	17.269	17.712	14.982	44.536	75.539	261.063	431.101	27,6	472.295	28,4
Financiamentos	65.821	64.689	59.528	171.416	108.971	506.503	1.130.473	72,3	1.187.438	71,5
Subtotal	83.090	82.401	74.510	209.391	344.616	767.566	1.561.574	99,9	1.659.733	99,9
Operações de arrendamento mercantil	51	51	40	80	158	400	780	0,1	1.942	0,1
Total das operações de crédito	83.141	82.452	74.550	209.471	344.774	767.966	1.562.354	100,0	1.661.675	100,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.205	-
Total em 2018	83.141	82.452	74.550	209.471	344.774	767.966	1.562.354	100,0	31.896.933	100,0
Total em 2017	94.200	93.674	85.051	239.122	386.017	763.611	-	1.661.675	100,0	30.042.644

(1) Registrados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Nível de risco								Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	3.303	11.922.380	146.700	95.164	55.998	45.183	32.334	28.813	106.800	12.436.675	39,0
Financiamentos	16.689.441	870.357	673.567	504.525	171.416	108.971	61.660	52.108	254.292	19.386.337	60,8
Subtotal	16.692.744	12.792.737	820.267	599.689	227.414	154.154	93.994	80.921	361.092	31.823.012	99,8
Operações de arrendamento mercantil	30.679	14.753	22.755	4.390	199	42	72	99	932	73.921	0,2
Subtotal	16.723.423	12.807.490	843.022	604.079	227.613	154.196	94.066	81.020	362.024	31.896.933	100,0
Avais e fianças (1)	17	-	315	350	-	-	-	-	523	1.205	-
Total geral em 2018	16.723.440	12.807.490	843.337	604.429	227.613	154.196	94.066	81.020	362.547	31.898.138	100,0
%	52,4	40,2	2,6	1,9	0,7	0,5	0,3	0,3	1,1	-	100,0
Total geral em 2017	13.232.741	14.196.873	763.698	811.331	228.180	144.531	101.951	86.065	477.274	30.042.644	100,0
%	44,0	47,3	2,5	2,7	0,8	0,5	0,3	0,3	1,6	-	100,0

(1) Registrados em contas de compensação.

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

l) Níveis de risco

Parcelas vencidas	Níveis de risco								Total		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017
1 a 30	-	-	497.580	409.552	173.062	115.991	70.605	56.262	239.302	1.562.354	100,0
31 a 60	-	-	25.473	22.612	9.182	6.021	3.576	2.898	13.379	83.141	5,2
61 a 90	-	-	26.064	22.110	8.893	5.903	3.516	2.829	13.137	82.452	5,3
91 a 180	-	-	22.128	20.491	8.439	5.499	3.255	2.642	12.096	74.550	4,8
181 a 360	-	-	65.255	56.275	22.931	15.150	9.044	7.352	33.464	209.471	13,4
Acima de 360	-	-	107.909	91.955	37.555	25.072	14.984	12.271	55.028	344.774	22,1
Parcelas vencidas (2)	-	-	31.658	52.410	33.676	28.808	22.525	20.454	113.772	303.303	100,0
1 a 14	-	-	2.080	11.847	4.885	2.752	1.249	1.611	6.202	30.626	10,1
15 a 30	-	-	24.589	11.288	4.607	3.480	2.026	1.704	7.645	55.339	18,2
31 a 60	-	-	4.989	24.107	9.693	6.237	3.711	2.974	13.769	65.480	21,6
61 a 90	-	-	-	3.701	9.797	5.807	3.761	2.876	13.111	39.053	12,9
91 a 180	-	-	-	1.467	4.694	8.608	8.655	8.767	35.060	67.251	22,2
181 a 360	-	-	-	-	-	1.924	2.761	2.884	37.761	45.330	14,9
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	224	224	0,1
Subtotal	-	-	529.238	461.962	206.738	144.799	93.130	76.716	353.074	1.865.657	2.010.961
Provisão específica	-	-	5.293	13.859	20.674	43.540	46.564	53.701	353.074	536.605	651.475

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II) Operação

Exposição	Em dia	Operação						Total
		Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	
Operações de crédito	27.677.818	1.944.608	1.343.186	244.699	344.791	340.868	963	31.896.933

d) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão							
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Específica		2018		2017		Total	%
						Vencidas	Vincendas	Genérica	Excedente	Total	%		
AA	-	16.723.423	-	16.723.423	52,4	-	-	-	7.005	7.005	0,9	-	-
A	0,5	12.807.490	-	12.807.490	40,2	-	-	64.037	1.441	65.478	8,6	76.116	8,6
B	1,0	313.784	529.238	843.022	2,6	317	4.976	3.138	891	9.322	1,2	8.042	0,9
C	3,0	142.117	461.962	604.079	1,9	1.572	12.287	4.264	1.256	19.379	2,6	25.250	2,9
Subtotal		29.986.814	991.200	30.978.014	97,1	1.889	17.263	71.439	10.593	101.184	13,3	109.408	12,4
D	10,0	20.875	206.738	227.613	0,7	3.368	17.306	2.088	4.868	27.630	3,6	25.990	2,9
E	30,0	9.397	144.799	154.196	0,5	8.643	34.797	2.819	46.431	92.690	12,2	81.854	9,3
F	50,0	936	93.130	94.066	0,3	11.262	35.302	468	46.951	93.983	12,4	101.764	11,5
G	70,0	4.304	76.716	81.020	0,3	14.317	39.384	3.013	24.208	80.922	10,8	85.950	9,8
H	100,0	8.950	353.074	362.024	1,1	113.772	239.302	8.950	-	362.024	47,7	476.751	54,1
Subtotal		44.462	874.457	918.919	2,9	151.362	366.091	17.338	122.458	657.249	86,7	772.309	87,6
Total em 2018		30.031.276	1.865.657	31.896.933		153.251	383.354	88.777	133.051	758.433			
%		93,7	6,3	100,0		21,4	51,7	10,6	16,3		100,0		
Total em 2017		28.030.347	2.010.961	30.041.308		187.760	463.715	105.620	124.622			881.717	
%		93,3	6,7	100,0		21,3	52,6	12,0	14,1				100,0

e) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018	% (1)	2017	% (1)
Maiores devedores	18.079	0,1	14.503	-
Dez maiores devedores	114.771	0,4	67.923	0,2
Vinte maiores devedores	179.491	0,6	102.980	0,3
Cinquenta maiores devedores	301.624	0,9	174.622	0,6
Cem maiores devedores	420.104	1,3	247.600	0,8

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018	%	2017	%
Setor privado	31.896.933	100,0	30.041.308	100,0
Pessoa jurídica	2.721.057	8,5	1.588.121	5,3
Serviços	1.630.699	5,1	916.039	3,0
Comércio	800.672	2,5	511.006	1,7
Indústria	253.976	0,8	141.098	0,5
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	35.710	0,1	19.978	0,1
Pessoa físicas	29.175.876	91,5	28.453.187	94,7
Total	31.896.933	100,0	30.041.308	100,0

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2018	2017
- Provisão específica (1)	651.475	829.098
- Provisão genérica (2)	105.620	112.889
- Provisão excedente (3)	124.622	146.464
Saldo inicial em 1º de janeiro	881.717	1.088.451
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	476.510	511.313
Baixas para prejuízo	(599.794)	(718.047)
Saldo final em 31 de dezembro	758.433	881.717
- Provisão específica (1)	536.605	651.475
- Provisão genérica (2)	88.777	105.620
- Provisão excedente (3)	133.051	124.622
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)	260.829	285.658

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 8d);

(4) Classificadas em receitas de operações de crédito; e

(5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas cessões de crédito de operações, já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, no montante de R\$ 823.771 mil (2017 - R\$ 1.955.173 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 8.694 mil (2017 - R\$ 9.789 mil).

h) Movimentação da carteira de renegociação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial	195.554	111.519
Renegociação	202.044	176.213
Recebimentos	(97.753)	(60.966)
Baixas	(49.045)	(31.212)
Saldo final	250.840	195.554
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	102.783	101.766
Percentual sobre a carteira de renegociação	41,0%	52,0%

i) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	3.079.051	3.377.042
Financiamentos	3.381.402	3.169.990
Subtotal	6.460.453	6.547.032
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	260.829	285.658
Subtotal	6.721.282	6.832.690
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	15.643	20.149
Total	6.736.925	6.852.839

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2018	2017	2018	2017
			Ramo financeiro							
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.618
BMC Asset Management DTVM Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	12.039	112	310	
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	930	
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	1.039.803	1.987.631	1	-	0,027	116.369	540	434	32	25
Outras atividades										
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.426.220	2.263.570	-	2.426.220	99,999	26.204	2.263.570	2.239.081	26.204	(6.301)
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34
Outras participações	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	21	6
Total de investimentos							2.264.510	2.251.954	26.369	(3.378)

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Em 30.11.2017, os investimentos das empresas Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e em 31.8.2018, o investimento da empresa BMC Asset Management DTVM Ltda., foram incorporados pelo Bradesco Financiamentos.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Investimentos por incentivos fiscais	8.285	12.262
Outros investimentos	555	554
Subtotal	8.840	12.816
Provisão para perdas	(4.865)	(9.655)
Total	3.975	3.161

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2018	2017
				Instalações, móveis e equipamentos de uso	10 %
Sistemas de segurança e comunicações	10 %	1.697	(722)	975	1.117
Sistemas de processamento de dados	20 %	8.143	(6.277)	1.866	2.529
Total em 2018		27.300	(15.988)	11.312	
Total em 2017		26.210	(12.251)		13.959

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento, com taxa de amortização anual de 20% e por aquisição de direitos para prestação de serviços financeiros, com taxa de amortização definida por contrato. Em 31 de dezembro de 2018 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 40.878 mil (2017 - R\$ 42.578 mil).

14) DEPÓSITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 180 dias		181 a 360 dias	
	Acima de 360 dias	Total	2018	2017	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	1.358.267	6.400.721	6.140.746	18.733.887	32.633.621	30.899.413
Total em 2018	1.358.267	6.400.721	6.140.746	18.733.887	32.633.621	30.899.413
%	4,2	19,6	18,8	57,4	100,0	
Total em 2017	1.364.857	6.429.003	5.965.115	17.140.438	30.899.413	100,0
%	4,4	20,8	19,3	55,5	100,0	

b) Despesas de captação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	3.368.779	3.819.475
Total	3.368.779	3.819.475

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 436.297 mil (2017 - R\$ 420.227 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional aplicação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento; e
- IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - R\$ 131.430 mil (2017 - R\$ 152.623 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Bradesco Financiamentos são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços de terceiros.....	266.835	279.257
Processamento de dados.....	103.361	112.769
Custas de processo de cobrança.....	63.671	63.974
Propaganda, promoções e publicidade.....	25.962	19.491
Depreciações e amortizações.....	18.852	20.250
Comunicações.....	18.267	19.345
Emolumentos judiciais.....	15.925	13.206
Serviços do sistema financeiro.....	11.473	23.992
Transportes.....	11.300	11.716
Viagens.....	4.603	4.120
Aluguéis.....	2.518	2.470
Manutenção e conservação de bens.....	1.148	1.119
Outras.....	18.951	21.162
Total.....	562.866	592.871

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Contribuição à COFINS.....	162.986	160.531
Contribuição ao PIS.....	26.485	27.368
Imposto Sobre Serviços - ISS.....	7.286	2.817
Outras.....	5.493	8.884
Total.....	202.250	199.600

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Atualizações monetárias ativas.....	169.210	261.670
Reversão de provisões operacionais.....	69.572	20.102
Rendas de portabilidade.....	67.045	34.924
Recuperação de encargos e despesas.....	29.745	36.990
Reversão de provisões fiscais.....	15.251	80.902
Reversão civil.....	8.630	-
Outras.....	9.957	11.012
Total.....	369.410	445.600

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Comissões e serviços de intermediação de crédito.....	605.395	780.501
Provisão para perdas com prestamistas.....	228.780	258.289
Provisões civis.....	177.643	188.533
Descontos concedidos.....	73.534	105.326
Busca e apreensão de veículos.....	50.156	66.510
Atualizações monetárias passivas.....	37.519	48.654
Perdas por fraudes em operações de consignado.....	25.793	31.568
Outras.....	122.209	83.534
Total.....	1.321.029	1.562.915

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado na alienação de valores e bens.....	(13.986)	(169)
Constituição/Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(42.008)	(46.311)
Total.....	(55.994)	(46.480)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 3.750/99 do CVM. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim apresentadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Ativos		
Aplicações no mercado aberto.....	340.381	213.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5.682.111	6.017.639
Dividendos a receber.....	-	-
Passivos		
Depósitos interfinanceiros.....	32.633.621	30.899.413
Juros sobre capital próprio.....	40.800	595.000

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Receita de intermediação financeira.....	484.410	846.217
Despesa de intermediação financeira.....	(3.368.779)	(3.819.475)
Outras despesas.....	(191)	(273)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
 Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.886 mil (2017 - R\$ 1.800 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.270 mil (2017 - R\$ 1.900 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos.....	5.886	1.754
Total.....	5.886	1.754

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	4.662	1.865
Total.....	4.662	1.865

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f V e 8j. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f e 8, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 758.433 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito) em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão específica e excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Instituição, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

• Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - fiscais, civis e trabalhistas - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n e 15, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão registrada nas demonstrações contábeis no montante de R\$ 570.236 mil, R\$ 213.777 mil e R\$ 68.003 mil, respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à lei e regulamentos requer o julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, e ao valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial na controladora que também decorre das provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu, quando necessário, o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Instituição. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, civis e trabalhistas em que a Instituição está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.641.782	1.379.048
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(738.802)	(620.572)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	11.866	(1.520)
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.427)	3.850
Juros sobre o capital próprio.....	309.600	315.000
Outros valores (2).....	(7.759)	42.183
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(426.522)	(261.059)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social; e
 (2) Inclui, basicamente: (i) reversão da provisão IRPJ e CSLL de exercícios anteriores; (ii) diferenças entre a alíquota da contribuição social corrente e diferida; e (iii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(97.873)	6.648
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(320.340)	(266.278)
Constituição/realização de incorporada.....	(34)	(54)
Realização no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	(8.275)	(1.375)
Total dos impostos diferidos.....	(328.649)	(267.707)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(426.522)	(261.059)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Adquiridos		Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	por incorporação	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.128.392	-	836.681
Provisões civis.....	88.256	194.981	46.867
Provisões fiscais.....	209.310	182	197.457
Provisões trabalhistas.....	17.689	11.728	27.201
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	35.763	17.139	30.699
Provisão para perda de títulos e investimento.....	4.487	15	-
Ágio amortizado.....	1.088	-	883
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	71	20	23
Outros valores.....	215.362	3	200.467
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	1.700.418	200	1.380.278
Base negativa de contribuição social.....	8.275	-	-
Total dos créditos tributários (Notas 9 e 26d) (1).....	1.708.693	200	1.380.278
Obrigações fiscais diferidas (Notas 16a e 26e).....	491.321	66	499.983
Créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas.....	1.217.372	134	880.295

(1) Os créditos tributários das empresas do segmento financeiro foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3g).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019.....	274.912	164.750	439.662
2020.....	274.926	164.758	439.684
2021.....	202.596	121.566	324.162
2022.....	28.240	16.972	45.212
2023.....	28.102	16.889	44.991
Após 2023.....	54.142	32.425	86.567
Total.....	862.918	517.360	1.380.278

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 1.314.762 mil (2017 - R\$ 1.648.126 mil) sendo R\$ 1.314.762 mil de diferenças temporárias (2017 - R\$ 1.639.949 mil) e (2017 - R\$ 8.177 mil) de base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 499.983 mil (2017 - R\$ 491.321 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 18.132 mil (2017 - R\$ 27.082 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 481.851 mil (2017 - R\$ 464.239 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avas e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 1.205 mil (2017 - R\$ 1.336 mil), e estão registrados em contas de compensação. A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de fianças prestadas, definida na Resolução nº 2.682/99 do CMN, foi de R\$ 108 mil (2017 - R\$ 27 mil).

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve outros eventos subsequentes, que requeriram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA